

Caros Leitores,

Com grande satisfação, apresentamos a Edição 2015 da Revista de Direito do UniFacex, terceira na configuração “Open Journal System”, contando com a participação de diversos avaliadores *ah hoc* no processo de avaliação através do qual o periódico seleciona os seus artigos, com um rigor que admitiu para publicação apenas um terço dos manuscritos submetidos.

Assim, com a regularidade anual alcançada no último triênio, a expectativa é indexar o periódico ao Sistema Qualis, mantido pela CAPES, no intuito de ampliar a sua visibilidade, contribuindo de modo mais significativo para a divulgação científica na área jurídica.

Observa-se que há uma diversidade de temáticas entre os trabalhos ora publicados, demonstrando uma rica abordagem das searas jurídicas, inclusive com a característica própria da graduação, qual seja, a interdisciplinaridade.

Dentre os manuscritos, evidencia-se a análise da “MERITOCRACIA NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL A LUZ DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS INCENTIVOS DE CARREIRA”, em um momento no qual a instabilidade econômica tem colocado em evidência as carreiras públicas, quer seja do ponto de vista do planejamento estatal ou pessoal, apontando para a necessidade de evolução das práticas direcionadas à eficiência na gestão de pessoal em direção à materialização da meritocracia.

Em uma perspectiva essencialmente diversa de abordagem, “A ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO *STRICTO SENSU* QUE TEM POR OBJETO A E-MOEDA”, aborda questões atinentes ao Direito Processual Civil, a partir de um amparo material essencialmente calcado no Direito Civil, propondo que o fenômeno creditício é capaz de ensejar o alcance do caso ao Supremo Tribunal Federal pela caracterização, *in casu*, do critério da repercussão geral.

Já tendo em foco as relações privadas, estuda-se a “PODER FAMILIAR: ATÉ ONDE CONFLITA COM A LEI DA PALMADA EM SEU VIÉS NORMATIVO E FÁTICO”, ressaltando um aspecto deveras relevante da atividade legislativa nos últimos anos, qual seja, a orientação baseada quase que exclusivamente em clamores sociais, o que desvia o foco da efetiva aplicação do já farto arcabouço normativo do qual dispõe o sistema jurídico pátrio.

Em encerramento, uma interessantíssima abordagem híbrida em “A PROFISSÃO GARI A LUZ DOS DIREITOS SOCIAIS DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE”, perpassando essencialmente o Direito do Trabalho e o Direito do Meio Ambiente à luz de uma visão jurídico-social, corroborando o raciocínio do trabalho anterior, na medida em que conclui pela necessidade de efetivação de normativas já existentes, quais sejam, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Coleta Mecanizada, Coleta Seletiva e Reciclagem, e Educação e Conscientização Social, como método a realizar tanto a defesa dos direitos trabalhistas quanto a preservação ambiental objetivada através do trabalho dos garis.

Assim, desejamos a todos uma excelente leitura, aproveitando a oportunidade para renovar o convite à submissão de trabalhos para a nossa próxima edição!

Marconi Neves Macedo, Prof. Me.
Editor-Chefe da Revista de Direito do UniFacex